

Com alto número de servidores doentes, agências do INSS precisam suspender ou reduzir atendimentos à população

Três agências do INSS em Pernambuco tiveram seus atendimentos suspensos por alguns dias após seus servidores serem contaminados pela variante ômicron. Em outras APS's do estado, como em Caruaru, no Recife e região metropolitana, os atendimentos vêm sendo reduzidos pela quantidade de servidores afastados após testarem positivo para Covid-19.

Diante do quadro, o Sindsprev-PE formalizou duas denúncias no Ministério Público do Trabalho (MPT), requerendo que o órgão tomasse providências em relação a essa situação. No primeiro ofício, nós requeremos que o MPT obrigue o INSS em Pernambuco a incluir em seu protocolo a exigência do certificado de vacina para acesso às agências de previdência social, tal como determina o Decreto 51.749, de 29 de outubro de 2021.

O INSS não vem exigindo o certificado de vacina na entrada das agências, colocando em risco a saúde

dos trabalhadores do órgão. Além disso, muitas pessoas que frequentam as agências têm algum problema de saúde e se deslocam até elas porque precisam fazer algum tipo de procedimento, como perícia médica, e as agências do INSS não podem ser mais um espaço de contaminação.

No segundo documento, o Sindsprev-PE requereu que o MPT recomende ao INSS a testagem obrigatória em todos os funcionários da agência, caso algum servidor teste positivo, e realize a sanitização adequada do ambiente.

Até o momento, o INSS não vem cumprindo as normas sanitárias ou realizando o fechamento da agência para higienização nos casos de contágio da Covid-19, colocando em risco a vida dos segurados e dos profissionais, que realizam milhares de atendimentos diariamente e estão expostos ao alto risco de contaminação.

Nos casos de contaminação dos servidores e terceirizados, solicitamos que o MPT recomende ao INSS o fechamento da agência até



Foto: Marcello Casali Jr. / Agência Brasil

a total higienização para retorno do atendimento, a fim de evitar a propagação do contágio dos servidores e segurados.

O Sindsprev-PE ainda encaminhou ofício ao superintendente regional do INSS, Marcos de Brito, reforçando a solicitação no cumprimento dos protocolos já estabelecidos pelo INSS, como a garantia da sanitização dos ambientes de trabalhos que ti-

verem afastamento de servidores ou terceirizados por contaminação da COVID-19.

E pedimos que todos os servidores e terceirizados fossem testados em caso de adoecimento de pessoas do local de trabalho, bem como que a superintendência regional siga os protocolos do governo de Pernambuco e passe a exigir o cartão de vacina para acesso às agências de previdência social.

Sindsprev na luta por reajuste salarial - PÁG 2



Fotos: Sindsprev-PE

GUEDES QUER IMPEDIR REAJUSTE A SERVIDORES - PÁG 4



Foto: Fábio Rodrigues Fozzadon / Agência Brasil

Sindsprev promove ação de conscientização e luta por reajuste salarial dos servidores

Fotos: Sindsprev-PE



Na manhã da quarta-feira (2) o Sindsprev realizou mobilização em busca da conquista do reajuste salarial para os servidores públicos federais que incansavelmente estão há cinco anos com seus salários congelados.

Na ocasião, outras entidades também uniram-se ao sindicato que, na Av. Agamenon Magalhães, panfletou, conversou com pedestres,

passageiros de coletivos e motoristas que cruzavam a avenida, sobre a importância do ato e a conscientização da luta que vem sendo travada contra o governo que sucateia os serviços públicos.

Faixas com solicitação de aumento de salário com urgência foram fixadas nos locais de trabalho dos servidores, abertas nos sinais da avenida Agamenon e diretores, filiados, servidores e tra-

balhadores em geral, fizeram gritos de guerra na intenção de chamar a atenção de quem passava pelo protesto.

Além disso, passageiros e motoristas de veículos coletivos também receberam informações, pois alguns dos diretores do Sindsprev adentraram os ônibus para fazer fala. O Sindsprev está articulado com mais seis entidades sindicais. Esse ato faz parte da agenda de lutas organi-

zada na Plenária da Fona-sefe que ocorreu no dia 27 de janeiro com representantes da categoria em todo o país.

A intenção é fazer pressão ao governo para que haja negociação e flexibilização em relação ao aumento salarial para todos os servidores, afinal, não é justo que só umas das categorias seja beneficiada em detrimento de todos os outros servidores.

Expediente

INFORMATIVO EDITADO PELA SECRETARIA DE IMPRENSA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS FEDERAIS EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Rua Marques de Amorim, 174, Boa Vista, Recife-PE.
CEP 50070-335.
Fone: (81) 2127-8333.
Site: www.sindsprev.org.br
E-mail: siprevpe@uol.com.br

Coordenação Geral: Luiz Eustáquio
Secretaria Geral: Irineu Messias
Secretaria de Imprensa e Comunicação: Silvaneide Márcia

Jornalista Responsável e Edição: Marthiene Oliveira e Rosália Vasconcelos
Textos: Marthiene Oliveira e Rosália Vasconcelos
Projeto Gráfico e Diagramação: Daniele Cardoso

Presidente da CNTSS/CUT se reúne com ministro do trabalho para reivindicações dos servidores públicos federais

Foto: Site - cntsscucut.org.br



Na última quarta-feira (2), Benedito Augusto de Oliveira, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTSS/CUT), se reuniu com o ministro do Trabalho e da Previdência Social, Onyx Dornelles Lorenzoni, para discutir a pauta de reivindicações de interesse dos servidores federais e requerer a abertura im-

ediata de um canal de negociação entre os trabalhadores e o governo. Da agenda ministerial, participaram representantes da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS) e dirigentes de sindicatos filiados à Confederação. Essa reunião foi a primeira

realizada com Lorenzoni desde que assumiu a pasta. Ela permitiu que os dirigentes entregassem um documento conjunto apresentando uma série de pontos de interesses dos trabalhadores para que o ministro pudesse encaminhá-los junto ao governo. Para Benedito Oliveira, o encontro abriu espaço de diálogo para que

o ministro tivesse conhecimento direto dos temas a fim de que seja iniciado um processo de discussão permanente destes pontos numa mesa de negociação. O fato de também estar presente o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), José Carlos Oliveira, fez com que o ministro tivesse acesso a informações sobre as questões levantadas pelos trabalhadores no que se refere às reais condições de trabalho e de atendimento no INSS. Outra conquista interessante com esse encontro foi a perspectiva de que haja um compromisso em relação a uma análise dos pontos reivindicados e de que nos próximos dias haverá uma nova reunião, com possível data prevista para o dia 16 de fevereiro, para apresentação de algumas medidas.

Guedes quer impedir reajuste a servidores com argumentos falaciosos

o ministro da Economia, Paulo Guedes, está empenhado em prejudicar a vida dos servidores públicos. Diante da pressão que o funcionalismo público está exercendo contra o governo federal para garantir reajuste a todos os servidores, agora Guedes quer convencer a cúpula do governo de que, se Bolsonaro conceder o reajuste, ele não vai conseguir se reeleger.

Na cabeça desastrosa do ministro da Economia, uma eventual concessão de reajuste generalizada fará a inflação, que fechou 2021 em mais de 10%, explodir em 2022, o que para ele traria mais desgaste político ao presidente em plena campanha eleitoral.

Sobre um ponto nós precisamos concordar com Paulo Guedes. Bolsonaro não vai ser reeleito. Mas não será por um eventual aumento salarial para as categorias que amargam perdas salariais de mais de 40% ao longo dos últimos seis anos.

E sim pela adoção de políticas econômicas desastrosas sob o comando do próprio Guedes. E de estratégias políticas medonhas, como a última idealizada pelo próprio Bolsonaro, que reservou uma verba de R\$ 1,7 bilhão no Orçamento de 2022 destinada a reajuste salarial apenas das carreiras policiais.

Um grande tiro no pé, visto que essa atitude excludente



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil

e eleitoreira vai provocar uma enxurrada de ações judiciais de outras categorias solicitando o mesmo tratamento. O próprio chefe da equipe econômica já relatou diretamente

a Bolsonaro ter recebido alerta de ministros do STF de que o Judiciário pode acabar dando decisões atendendo o pedido dessas outras categorias. E, Guedes, a culpa não é nossa.

Ciência ignorada, isolamento reduzido, governo contraria protocolos de saúde

O governo de Jair Bolsonaro (PL), oficializou de novo o seu desprezo às recomendações de autoridades de saúde do mundo todo ao baixar a Portaria Interministerial nº 14 que altera regras e protocolos de segurança no combate à pandemia de Covid-19. Apesar do aumento assustador de casos provocados pela variante ômicron, a medida, assinada pelo Ministério do Trabalho e Previdência e pelo Ministério da Saúde, flexibiliza as regras estabelecidas por outra Portaria (20/2020) e, traz como destaque a redução de 14 para 10 os dias recomendados de isolamento para trabalhadores e trabalhadoras que testaram positivo para a Covid-19.

Como se não bastasse, o isolamento ainda pode



Foto: REUTERS / Amanda Perobelli

ser reduzido para sete dias, caso o trabalhador confirmado ou suspeito de estar infectado não tenha apresentado febre nas últimas 24 horas.

Especialistas contestam essa medida que, de acordo com os estudos já realizados, o período de sete dias não é suficiente para que o infectado não transmita

mais o vírus. Segundo os mesmos, há vários estudos que demonstram a transmissibilidade do vírus e mesmo a partir do quinto ou sexto dia, essa transmissibilidade acontece, já que o pico da carga viral em pessoas infectadas com a ômicron ocorre entre três e seis dias após os primeiros sintomas.

Dessa forma, a Portaria

Interministerial que foi publicada no dia 25 de janeiro de 2022, reduz o prazo de isolamento sem qualquer orientação da Organização Mundial da Saúde e sem embasamento em qualquer estudo científico. Parece ue o interesse do governo é apenas o econômico das empresas, ele despreza a vida e a saúde dos trabalhadores.

UFPE divulga cartilha com orientações sobre covid-19 e influenza A/H3N2



Foto: Site: ufpe.br

A UFPE produziu e divulgou na última semana uma cartilha que contém orientações importantes sobre a covid-19 e a influenza A/H3N2. O material, além de informações sobre as duas doenças, destaca a importância que o

teleatendimento em saúde vem tendo entre as pessoas com sintomas gripais que precisam ser vistas por um profissional de saúde.

A cartilha reforça que o Brasil enfrenta, atualmente, uma nova onda de covid-19

agravada pela variante Ômicron. Somado a isto, há também uma epidemia de gripe, causada pelo vírus influenza A/H3N2 ganhando força no país. As duas doenças têm formas de transmissão e sintomas parecidos, mas há diferenças importantes entre elas.

O tempo de manifestação dos sintomas é a principal característica para ajudar a diferenciar as duas doenças. Casos de influenza costumam ser intensos nas primeiras 48 horas após a infecção. Já a covid-19 tem sintomas mais fortes a partir do 5º ou 6º dia de infecção. A tosse também é um sinal que pode ajudar na identificação dos vírus. Quando há gripe, a tosse é geralmente seca. Para infecções por coronaví-

rus, a tosse costuma ser intensa e persistente.

A forma de transmissão é outro indicativo de diferença entre as doenças. Enquanto a covid-19 tem uma alta transmissibilidade por meio de aerossóis, partículas microscópicas que expelimos ao falar, tossir ou espirrar, o risco de contrair Influenza é maior ao tocar em superfícies contaminadas. Dessa maneira, ainda não é o momento de abandonar as máscaras e o uso de álcool em gel.

A cartilha está disponível neste link https://www.ufpe.br/documentos/38962/712566/CovidxGripe_Completo_compressed.pdf/d1f-70277-39c5-4640-93fc-0cbfc06d20